

A NOBREZA MEDIEVAL PORTUGUESA NO CONTEXTO PENINSULAR

por José Mattoso*

A existência na Península Ibérica de vários reinos independentes não impediu que os habitantes de cada um deles, sobretudo os mais cultos, se considerassem como *Hispani*, isto é como habitantes de uma entidade geográfico-cultural que sucedia à antiga *dioecesis Hispaniarum* do tempo do Império romano. O fenómeno da restrição do conceito de «espanhóis» aos súbditos do Estado espanhol é, como se sabe, um fenómeno moderno. Antes disso, a concepção da Península Ibérica como um todo, com a sua identidade própria, independentemente dos reinos que a compunham, foi uma ideia corrente e indiscutível durante toda a Idade Média, como demonstrou já há meio século José António Maravall, entre vários outros autores. Este fenómeno, todavia, não impedia os súbditos de cada um dos reinos de terem igualmente consciência da sua identidade como Castelhanos, Leoneses, ou Portugueses. Não me compete averiguar quais foram as fases do processo que fez eclodir de uma maneira plena a consciência nacional dos membros de outros reinos ibéricos. Mas a evolução dessa consciência entre os Portugueses constituiu, como sabem, um dos principais temas das minhas investigações.

Nesse sentido, verifiquei que, em Portugal, esse fenómeno tem um sentido marcadamente político, isto é, que os Portugueses adquirem rapidamente a noção de que os une um vínculo especial decorrente do facto de serem vassallos do mesmo chefe político. Sendo assim, é normal que vamos encontrar os indícios dessa

* Universidade Nova de Lisboa.

consciência tanto mais precocemente quanto mais próximos e dependentes desse chefe estão os sujeitos em causa. Quer isto dizer que, depois dos clérigos da chancelaria régia e, logo a seguir, dos clérigos em geral, cuja formação específica os induzia a formularem mais facilmente conceitos abstractos, aquele grupo social que mais depressa adquiriu consciência de uma certa identidade nacional (em termos obviamente diferentes daqueles que viriam a impôr-se no século XIX) foi a nobreza. E dentre as diversas categorias da nobreza, naturalmente, em primeiro lugar os vassalos do rei, os membros da corte e os que de alguma maneira dependiam do rei, como eram, por exemplo, os alcaides e os ricos-homens governadores de terras. Como veremos adiante por meio de vários indícios, este facto não significa que a consciência da identidade nacional fosse, entre os nobres, exactamente igual à de hoje.

Com efeito, essa consciência não resultava apenas do vínculo ao rei por parte dos súbditos, como vassalos que eram. Nascia igualmente da contraposição aos nobres dos outros reinos peninsulares. Esta contraposição não se concebia, porém, em termos por assim dizer «nacionalistas». O problema que hoje queria expor consiste justamente em averiguar, primeiro, que formas tomou a consciência que os nobres portugueses tinham de serem diferentes dos outros nobres peninsulares e, em segundo lugar, que relações se estabeleceram entre eles e os nobres das restantes formações nacionais da Ibéria. Aquilo que apresentamos aqui é uma breve síntese. Por isso tentarei evitar as questões controversas e seguirei uma exposição cronológica. Esta permitirá evidenciar melhor a incidência dos factores políticos sobre a evolução da problemática em causa. Queria, portanto, considerar primeiro o período da formação de Portugal, durante o qual a nobreza portugalense se destaca da galega e da leonesa; depois a época em que predominaram as actividades guerreiras, e que coincide com o reinado dos dois primeiros reis portugueses, Afonso Henriques e Sancho I, ou seja entre os anos 1128 e 1210; em terceiro lugar o período da estabilização das estruturas nobiliárquicas, de 1210 ao fim do século XIII; e finalmente o de uma nova consciência da relação dos nobres com o poder político nacional e com a nobreza castelhana-leonesa, que se vai formando desde o princípio do século XIV até às vésperas da Revolução de 1383.

Esta síntese terá em conta investigações pessoais, mas também de outros colegas portugueses. Entre estes quero mencionar especialmente o Prof. Luís Krus, da Universidade Nova de Lisboa, cuja tese de doutoramento sobre *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico* através dos livros de linhagens trata expressamente destas questões, e ainda o Prof. António Resende de Oliveira, que

abordou também temas directamente relacionados com a matéria que nos ocupa, através dos seus estudos sobre os jograis e trovadores, que constituíram, como se sabe bem, um grupo directamente relacionado com a nobreza e ao mesmo tempo caracterizado pela sua grande mobilidade no quadro dos reinos ibéricos. Infelizmente não poderei ainda utilizar outra importante tese de doutoramento em vias de conclusão, e que em breve virá completar e precisar as informações aqui recolhidas sobre o último período desta breve síntese. Refiro-me à tese do Dr. José Augusto Pizarro, que tratará da nobreza da época do rei D. Dinis e que será defendida em breve. Queria finalmente advertir que a investigação portuguesa não está ainda suficientemente madura para os factos que se situam no segundo e terceiro quartel do século XIV, a partir do princípio do reinado de Afonso IV. Para este período a minha exposição será, sem dúvida incompleta.

I

Comecemos, pois, pelo problema da constituição de um grupo diferenciado de nobres no espaço territorial que depois veio a constituir Portugal. Até ao princípio do século XI, nada destaca a aristocracia portugalense da dos outros territórios do reino de Leão. Os nobres cuja presença se pode documentar nesta área são os condes e magnates encarregados do governo de *commissa* e de *mandationes* pelos reis de Leão e Astúrias. A sua presença verifica-se simultaneamente em lugares tão afastados uns dos outros como, por exemplo, o norte da Galiza e a zona de Coimbra. Não têm, portanto, um vínculo regional limitado e preciso. Na documentação da época aparecem também outros indivíduos poderosos, mas de posses e categoria inferior, aparentemente ligados a áreas mais restritas. Para utilizarmos a terminologia própria da época podemos chamá-los *fili bene natorum* ou infanções. É minha convicção que estes, quer fossem autóctones, quer fossem membros dos séquitos dos condes e magnates vindos do Norte, se fixaram em terras portuguesas ou permaneceram nelas sob a sua autoridade.

O primeiro indício de uma diferenciação regional aparece quando estes *fili bene natorum* ou infanções começam a exercer poderes públicos, como *domini terrae*, aparentemente sem qualquer vínculo de dependência para com os magnates cuja autoridade se fundava na delegação de poderes régios. Este fenómeno insere-se naquilo que se convencionou chamar a «revolução feudal». Não vamos aqui desenvolver a questão de saber o que ele implica em termos sociais e políticos. Digamos, em todo o caso, que é ele que permite a vinculação continuada desta nobreza inferior a lugares e

espaços concretos e relativamente delimitados, e, por conseguinte, também, às respectivas populações. As questões que os opõem aos condes e magnates, que se podem documentar muito concretamente em fontes do fim do século X e princípios do século XI, mostram, além disso, que essa vinculação à terra é correlativa de uma certa ruptura para com os delegados do rei, que exerciam a autoridade sobre áreas muito mais vastas, de contornos mal definidos e com pouca estabilidade. A desorganização política que se verifica nessa altura, por ocasião das invasões de Almançor e durante os reinados de Afonso V (999-1028) e de Bermudo III (1028-1037), permite compreender que estes soberanos fossem incapazes de impedir estas transformações que punham em causa a sua autoridade. Observe-se ainda que os indícios a que nos referimos envolvem sobretudo linhagens nobres da área mais próxima do Douro, como os senhores da Maia, de Ribadouro, de Sousa e de Baião.

O mais interessante é que, pouco tempo depois de a dinastia navarra se instalar no trono de Leão e Castela, verificamos que o rei Fernando Magno estabelece uma série de contactos directos com os nobres portugueses que classificámos como *fili bene natorum*. Verifica-se então o curioso fenómeno de alguns membros destas famílias desempenharem funções de representantes do rei, não sabemos exactamente se como governadores da região se como administradores do domínio régio na mesma área¹. Além disso o rei e os seus sucessores reconhecem-nos como governadores das terras que tinham passado a dominar. Um dos termos utilizados para os designar, o de *tenentes*, sugere que «tinham» a respectiva terra «da mão» do rei, o que significa uma relação feudal com ele, e até, talvez, um acto de homenagem, ainda que informal. De qualquer maneira, uma relação directa e não por intermédio dos condes que continuavam a exercer a sua autoridade no território. Esta situação manteve-se durante o breve reinado de Garcia da Galiza e de Portugal e durante o de Afonso VI de Leão e Castela.

Por outro lado, verificamos que o conde de Portucale, descendente de Vimara Peres, que tinha sido delegado da autoridade régia por parte de Afonso III de Leão e Astúrias, continuava em funções, e teoricamente com autoridade sobre todo o território português entre o Douro e o Minho. Se a autoridade que Fernando I cometeu aos três infanções portuguesas que ele designava como

¹ Estes delegados são designados como *maiorini*. O fenómeno serviu a A. de Almeida Fernandes para construir toda uma teoria acerca do «governo triunviral» de Portugal. Sobre este assunto, ver do mesmo Autor as suas obras de 1965, 1968, 1972, 1972b. Veja-se também J. Mattoso, 1982.

maiorini eram de natureza política, este facto representava uma verdadeira desautorização do conde de Portucale. De facto temos conhecimento de que este conde tentou revoltar-se contra o rei Garcia de Galiza no ano de 1071, mas foi derrotado e morto com os seus apoiantes na batalha de Pedroso, junto a Braga. Mas temos também documentos que revelam a fidelidade de nobres da família de Ribadouro e a recompensa que obtiveram do rei Garcia. Sendo assim, tudo leva a crer que os antigos *fili bene natorum*, pelo menos aqueles que entretanto se tinham tornado ricos-homens por passarem a desempenhar as funções de governadores de terras sob a autoridade do rei de Leão, tinham estabelecido contactos directos com este mesmo rei e passaram, por isso, a constituir um grupo regional de nobres à semelhança de outros grupos regionais da mesma categoria social em Castela, Galiza ou Leão. Mais ainda: durante os acontecimentos que levaram à formação de uma certa oposição contra Afonso VI, a partir do ano 1080, nos meios nobres e clericais de todo o reino, em virtude da mudança do rito hispânico para o rito romano, as referidas linhagens portuguesas parecem seguir fielmente o rei. De facto sabe-se que receberam sem dificuldade, nos mosteiros que patrocinavam, a Regra de S. Bento e os usos de Cluny, e que não parece terem-se oposto à introdução do ritual romano. Esta aproximação da corte leonesa não significa necessariamente um contacto com as outras nobrezas regionais peninsulares, excepto talvez com a da Galiza. Quer isto dizer que podemos já encontrar um conjunto de nobres portugalenses com um comportamento identificável, embora não se oponham ainda a nenhum outro grupo regional nem ao seu soberano leonês. Os primeiros indícios de uma oposição a outro conjunto regional surgem a respeito da nobreza galega.

As relações entre nobres galegos e portugueses só se podem documentar com algum rigor a partir do princípio do século XII. Surgem através de vários testemunhos que documentam a fixação de membros de famílias galegas, todas elas provavelmente da nobreza condal, em território português. São, concretamente, três filhos do conde Nuno Vasques, que já devia antes ter algum contacto com Portugal, porque ele aparece como patrono do mosteiro de Calvelo, perto de Ponte Lima. Um destes filhos, Gomes Nunes, seria mais tarde governador da terra de Toronho, e oscilaria entre a obediência a Afonso VII de Leão e a de Afonso Henriques. Outro deles, Sancho Nunes, deu origem à família portuguesa de Barbosa. Podemos mencionar também Mem Rodrigues de Tougues, filho do conde Rodrigo Forjaz de Trastâmara, irmão de Pedro Froilaz, conde de Trava. Este Rodrigo Forjaz teria casado, segundo os livros de linhagens, com uma senhora da família da Maia, o que explicaria a

fixação dos seus filhos em Portugal. A família de Tougues acabaria por se extinguir antes do fim do século XII; mas outro dos filhos do mesmo Rodrigo Forjaz, Gonçalo Rodrigues da Palmeira, estabelecer-se-ia também a sul do rio Minho e daria origem aos senhores de Pereira². Embora estes indivíduos fossem membros de famílias condaís e, portanto, de condição superior aos ricos-homens portugalenses, que eram descendentes de infanções, tratavam-se, provavelmente de filhos segundos que não herdavam ou que herdavam apenas porções secundárias dos domínios paternos, e que por isso tinham de procurar a sorte em terra alheia. Estes factos, porém, abriram o caminho para uma situação de intensos contactos entre nobres portugueses e galegos que caracterizou todo o século XII, embora com fases diferentes.

É possível que o facto de o território português ter ficado unido ao da Galiza sob a tutela do conde Raimundo de Borgonha contribuisse para facilitar tais contactos. A partir de 1096, porém, a separação entre Portugal e Galiza, resultante da entrega do Condado Portucalense a Henrique da Borgonha deixou de os favorecer, porque a sua actuação, sobretudo a partir da morte de Raimundo, se orientou sempre para a corte leonesa.

A precoce morte de Henrique em 1112 alterou completamente a situação. D. Teresa era filha de uma senhora da região do Bierzo, Ximena Moniz³. Como filha de Afonso VI, reivindicou sempre a sua ascendência régia, mas as origens familiares maternas propiciavam o contacto com uma nobreza de nível regional. Trata-se talvez de uma tradição infundada, mas apesar de tudo verosímil, aquela que faz de sua mãe cunhada do mais poderoso magnate portucalense Soeiro Mendes da Maia, principal auxiliar do Conde D. Henrique, por um alegado casamento com Gontrode Moniz. Aparece nos livros de linhagens e não está confirmada, mas é significativa. Os mesmos textos atribuíam também um casamento exogâmico, decerto ainda mais inseguro do que este, de outro senhor da Maia, Gonçalo Mendes, com uma dona da família do conde de Trava. Interpretamos estas tradições como testemunhos de alianças obscuras, mas talvez reais, entre as principais linhagens portuguesas e a nobreza galega.

Além disso há razões para crer, embora não o possa demonstrar aqui, que D. Teresa tenha pretendido candidatar-se a rainha da Galiza e de Portugal, nos termos do pacto estabelecido entre D. Henrique e Raimundo de Borgonha provavelmente em 1105, e que, a partir de certa altura, fosse nisso apoiada pelo conde Pedro Froilaz,

² J. Mattoso, 1985. I, pp. 152, 160, 177.

³ Ver A. Quintana Preto, 1969.

por pretender casá-la em segundas núpcias, primeiro com o seu filho Bermudo, e depois com o primogénito Fernando. Seja esta ou não a razão que explica o verdadeiro assédio que os Travas lhe fizeram, o que se sabe é que Fernando Peres se estabeleceu em Portugal a partir de 1121 e se casou com a rainha D. Teresa, embora o seu matrimónio não fosse reconhecido pela Igreja. É provável que a sua vinda para Portugal fosse justificada pela necessidade de reforçar a fronteira do Mondego depois dos dois graves ataques almorávidas a Coimbra em 1116 e 1117. De facto exerceu as funções de *tenens* dos castelos do Mondego. Seu irmão Bermudo, talvez depois de ter vivido com a rainha em anos anteriores, casou-se com uma filha sua, Urraca Henriques. Consolidava-se assim um movimento de emigração de nobres galegos para Portugal, que, apesar dos acontecimentos que vamos relatar em seguida e que lhe põem limites, iria continuar nos anos seguintes, mas com características diferentes.

Com efeito, tudo leva a crer que estes factos tenham provocado uma violenta reacção por parte, primeiro, de alguns dos mais importantes chefes de linhagem portugueses, e, depois, da maioria dos nobres que acompanhavam a corte. Os acontecimentos são conhecidos. Os nobres revoltados contra os favores concedidos por D. Teresa aos senhores galegos e sobretudo aos Travas conseguiram o apoio de Afonso Henriques, e este, depois de se ter apoderado de alguns castelos venceu as tropas do sogro e da mãe na batalha de S. Mamede, em 1128. O importante, do nosso ponto de vista, é que a batalha constituiu, ao mesmo tempo, uma afirmação de independência dos nobres portugalenses contra uma eventual submissão à alta nobreza galega. De facto, como vimos, todos os nobres que mencionámos até aqui pertenciam a famílias de nível condal. Foi certamente este facto que provocou a reacção dos barões portugalenses. Desde a morte do conde Nuno Mendes de Portucale em 1071, representavam a camada superior da nobreza regional. Se se mantivesse o casamento de D. Teresa com Fernão Peres de Trava, mesmo que ela se viesse a tornar rainha de um reino independente, isso significaria a relegação dos nobres portugalenses para segundo plano. Viam-se, portanto, ameaçados pela concorrência galega nas suas próprias terras e funções curiais.

Quer isto dizer que o núcleo fundamental da nobreza portugalense, depois de ter começado a adoptar um comportamento próprio e de proclamar a sua autonomia, demonstrou a sua capacidade para se opôr em conjunto a outra nobreza regional, e deu a essa oposição uma expressão política ao eleger como chefe o príncipe Afonso Henriques. Não se trata, porém, obviamente, de um movimento «nacional», mas de uma associação de interesses expressa em

termos vassálicos, o que quer dizer, em termos precários. Só a permanência desse vínculo ao longo de séculos e a sua conjugação com muitos outros factores permitiriam fazer dele o ponto de partida para uma futura e ainda longínqua solidariedade nacional.

II

Do ponto de vista da história social, a vitória dos barões portugalenses em S. Mamede foi extremamente importante, porque, além de consagrar a sua independência, significava que eles se tinham constituído como uma nobreza regional, com uma efectiva coerência e capacidade de organização. De facto estavam unidos por estreitos laços de parentesco porque casavam frequentemente entre si. Ao expulsarem o conde de Trava, que tinha vindo para reforçar a defesa da fronteira contra os Almorávidas, afirmavam ao mesmo tempo a sua capacidade para a assegurarem sem necessidade de intervenções estranhas no plano militar. A formação da corte em torno do príncipe Afonso Henriques contribuiu também para criar um núcleo nobre junto do poder político, na continuidade do que já antes acontecera em torno de Henrique de Borgonha, e da própria rainha D. Teresa, que tinham atribuído as funções curiais a nobres portugalenses.

Estes factos não estancaram a imigração de nobre galegos para Portugal. Este movimento prolongou-se praticamente durante todo o século XII. Observe-se, antes de mais, que a expulsão de Fernando Peres de Trava depois de S. Mamede, não o impediu de voltar pouco depois a Portugal, para sufragar a alma de D. Teresa, que não sobreviveu muitos meses ao seu exílio na Galiza. Seu irmão Bermudo pode também ter tido conflitos com Afonso Henriques, mas nem por isso deixou de constituir família em Portugal. Apesar destas rivalidades Afonso Henriques contava na mesma com apoiantes galegos, como os senhores de Toronho e de Límia, cuja colaboração deve ter passado pela homenagem prestada ao príncipe português, o que provocou várias intervenções armadas de Afonso VII para os reduzir à obediência. Por outro lado, teve como alferes entre 1130 e 1136, e como mordomo-mór entre 1146 e 1159, o nobre galego, filho do conde de Sobrado, Fernão Peres dito *Cativo*. Tal como os nobres de que falámos anteriormente, com excepção de Fernando Peres de Trava, era certamente um *juvenis*, um filho segundo, que veio servir o príncipe de Portugal como cavaleiro e depois se tornou membro importante da corte; tornou-se origem de uma linhagem radicada em Portugal, a família de Soverosa, cujos membros desempenharam funções políticas importantes. As suas ligações ao reino de Leão reforçaram-se imediatamente depois da morte de Afonso Henriques,

quando o filho de Fernão *Cativo*, Vasco Fernandes, que foi também mordomo-mór, foi substituído no seu cargo por Mem Gonçalves de Sousa, o que provocou o seu exílio para a corte do rei Fernando II de Leão, que o nomeou governador de Zamora entre 1186 e 1194. Mas os filhos de Vasco Fernandes continuaram em Portugal, na corte de Sancho I.

Por esta época, aparece também na corte de Sancho I um personagem a que o *Livro do Conde D. Pedro* chama Conde de Cabreira, na Galiza, que teria sido o ascendente da família de Ribeira. Seria o pai de Maria Pais, a *Ribeirinha*, célebre amante do próprio rei, e mãe de vários dos seus filhos ilegítimos. Não se sabe como é que o conde veio parar a Portugal, mas é verdade que deu origem a uma família com o nome de Ribeira, cujos membros foram patronos do mosteiro de Grijó e mantiveram alguns contactos com a corte.

Durante o século XII, imigraram também para Portugal outros nobres de segunda e terceira categoria de que nasceram várias linhagens portuguesas. Da Galiza vieram Aires Nunes de Valadares, fundador da família de Valadares junto ao rio Minho, talvez já no princípio do século XII (LD, 13F2), e o escudeiro Paio Peres donde procedeu a linhagem dos Novais (LL 65 A 1). Segundo uma tradição recolhida pelo Conde D. Pedro, o iniciador da família dos Portocarreiros teria sido Fernando Afonso, um judeu de Córdova protegido do rei Afonso VI que, depois de viver em Toledo após a sua conquista em 1085, se teria fixado em Portugal por haver casado com uma filha do senhor de Marnel (LL 43 B 3). Quanto à família dos Gundares, teria sido fundada por Mem Gundar, vindo das Astúrias no tempo do Conde D. Henrique (LL 6 A 1). Finalmente os Anaias, que habitaram na região de Coimbra, seriam descendentes de D. Anião da Estrada, aliás Anaia Vestrariz, também originário das Astúrias (LL 59 A 1). De facto este personagem está documentado nessa mesma região entre os anos 1106 e 1130. Todos estes indivíduos são nobres de categoria inferior, aventureiros em busca de fortuna, como se deduz do facto de se terem fixado em áreas de combate: os Valadares, Gundares e Novais junto à fronteira galega, e os antepassados dos Portocarreiros e dos Anaias na fronteira do Mondego.

Pelo contrário, não se encontram, nesta época, indícios de cavaleiros ou infanções portuguesas que tenham partido para os reinos vizinhos em busca de sorte ou de fortuna, e aí se tenham fixado - o que não quer dizer que não existissem. Se isto aconteceu, o seu número possivelmente não seria muito elevado, porque o fluxo natural da emigração nobre era nessa altura para a zona da fronteira portuguesa com o Islão, isto é para a Estremadura e as proximidades do vale do Tejo depois da conquista de Lisboa em 1147. Com efeito

as notícias que se podem recolher de portugueses que se deslocam para os reinos cristãos da Hispânia referem-se apenas aos que hoje chamaríamos exilados políticos. Os seus nomes são Pero Pais da Maia, o *Alferes*, Mendo Fernandes de Bragança, e Martim Vasques de Soverosa. O primeiro era alferes de Afonso Henriques e passou a desempenhar o mesmo cargo ao serviço do rei Fernando II de Leão depois de 1169, decerto por lhe ter sido atribuída alguma responsabilidade na derrota de Afonso Henriques e na perda de Badajoz. O segundo, foi alferes do mesmo rei ainda antes dessa data, entre 1157 e 1159, depois de ter desempenhado as mesmas funções na corte portuguesa como predecessor de Pero Pais da Maia. O terceiro não foi propriamente um exilado. Era alferes de Sancho I e foi feito cativo dos mouros em Palencia, provavelmente em 1197, decerto por ter ido auxiliar o rei de Leão a rechaçar os almóadas que atacaram a cidade nesse mesmo ano⁴. Note-se que todos eles eram alferes. Seguiam, portanto a carreira militar. Podiam mesmo não haver recebido nenhuma herança, o que facilitaria a sua deslocação para outro reino. De facto os contactos com Leão eram frequentes, como mostra o facto de tanto Fernando II de Leão como seu filho Afonso IX terem casado com princesas portuguesas, o primeiro com Urraca Afonso, filha de Afonso Henriques, e o segundo com Teresa Sanches, filha de Sancho I. Ambas as alianças foram dissolvidas por imposição da Santa Sé, ao fim de vários anos de coabitação fecunda. Embora não conheçamos pormenores concretos, estas ligações não podiam ter deixado de levar alguns portugueses a Leão.

Os dois citados casos de princesas portuguesas que casam em Leão não esgotam a lista de senhoras de origem aristocrática procuradas por nobres estrangeiros. Os livros de linhagens registam mais duas, Fruilhe Ermiges, filha de Ermígio Mendes de Ribadouro, e casada com um indivíduo de Leão cujo nome não se indica (LV 1 AF 8), o que significa que não seria de grande categoria social; e Mor Soares, filha de Soeiro Mendes da Maia, que teria casado em Toledo com o fundador da família dos Meneses, Pero Bernaldes de Sahagún (LV 2F6), a quem Afonso VIII de Castela doou o respectivo solar⁵.

Este último casamento mostra o prestígio da família da Maia. Os genealogistas tiveram o cuidado de registar, como sinal de proeminência social, os casamentos, reais ou imaginários, com ricas-donas estrangeiras de que os seus membros se orgulhavam, a começar pelo do próprio Soeiro Mendes, com uma tia da condessa D. Teresa, como vimos atrás. Não sabemos se se trata de uma lenda. Mas era

⁴ Ver L. Krus. 1994, p. 60, nota 15; p. 257, nota 614.

⁵ L. Krus. 1994, p. 60, nota 16.

certamente inventado o matrimónio atribuído a Gonçalo Trastemires da Maia, avô do mesmo Soeiro Mendes que, segundo o Conde D. Pedro, ou mais provavelmente do seu refundidor do fim do século XIV, teria casado nada menos do que com uma bisneta de um dos dois lendários juizes de Castela, Lain Calvo. O redactor queria assim ligar a família da Maia a Cid o Campeador⁶, descendente do mesmo juiz. Mas as outras grandes linhagens portuguesas também procuravam reforçar o seu ascendente social por meio de casamentos com senhoras trazidas de longe. Assim terá acontecido com a de Sousa. O *Livro Velho de Linhagens*, menos suspeito em informações deste género do que o do Conde D. Pedro, diz que Mem Viegas de Sousa, que viveu no fim do século XI e princípio do seguinte, teria casado com Elvira Fernandes de Toledo⁷. Não se sabe, porém, a que família pertencia. Mais seguro parece ser o casamento de outro Sousa, o conde Mendo Gonçalves de Sousa, mordomo-mór do rei Sancho I com uma senhora galega, filha de Rodrigo Pires Veloso, conde de Cabreira, embora possa haver confusão acerca da identificação exacta deste nobre. A família de Bragança também reclamava alianças com famílias longínquas, como a de Fernão Peres de Bragança que teria desposado uma dama das Astúrias, cuja família já não se sabia identificar no século XIII.

Ao contrário do que acontecia com as linhagens mais orgulhosas da sua posição social, que inventavam facilmente ligações matrimoniais prestigiantes, as lembradas por nobres mais modestos, se se referiam a mulheres galegas, podiam perfeitamente ser autênticas. Estes casamentos, porém, não eram muito bem cotados, porque se tratava, então, de membros de linhagens secundárias. Era o que acontecia, por exemplo, com a mulher de Gonçalo Gonçalves da Palmeira, filha de Paio Curvo de Toronho (LL 37 E 4), ou com a mãe de Vasco Pais (LL 56 B 4), alcaide de Coimbra nos últimos anos do reinado de Afonso Henriques.

Em termos gerais, portanto, durante este primeiro período, Portugal parece receber mais indivíduos de outros reinos, sobretudo da Galiza, do que deixá-los sair para fora das suas fronteiras. Recebe alguns filhos segundos de altas linhagens, que procuram aqui a fortuna, para não terem de viver nos solares ancestrais como dependentes de seus irmãos mais velhos, cavaleiros mais modestos que a família não pode sustentar e vêm em busca de aventuras,

⁶ L. Krus. 1994. p. 190. notas 440-441; p. 263. nota 632.

⁷ Esta informação não é confirmada pelo *Livro do Deão*, que o diz casado com Teresa Fernandes do Marnel nem pelo *Livro do Conde* que chama a sua mulher Elvira Fernandes de Córdova

mulheres tanto de grandes famílias como de outras de menor prosápia. Algumas destas alianças matrimoniais são inventadas por linhagistas tardios para dar maior prestígio às respectivas famílias. Este fenómeno, porém, é característico de uma alteração na mentalidade da nobreza portuguesa do século XIV, de que falaremos mais adiante. Enfim, os portugueses não parece emigrarem muito nesta época. Tinham muitas possibilidades de melhorar a vida, embora com riscos evidentes, na zona de combates para além do Tejo.

III

Com os últimos anos do reinado de Sancho I, marcados por várias perturbações e conflitos de que não se conhecem bem os pormenores nem as razões, as condições sociais e políticas alteram-se. A sucessão na pessoa de Afonso II foi contestada, não só por outros irmãos do novo rei, mas também por membros da nobreza que se afastaram da corte e procuraram o exílio no reino de Leão. Por outro lado, uma provável multiplicação de filhos segundos sem terra e de famílias de cavaleiros que reivindicavam os privilégios da nobreza numa região saturada de nobres, como era a de Entre-Douro-e-Minho, provocava uma situação propícia a conflitos e violências cujas maiores vítimas foram os mosteiros e igrejas de que muitos deles eram patronos. Na corte de Afonso II, um rei que tinha uma ideia clara da sua autoridade pública, formou-se um grupo de vassallos fiéis que o apoiaram fortemente contra os nobres usurpadores dos direitos régios em nome da sua autoridade senhorial, o que criou uma divisão fundamental no seio da nobreza. Ao mesmo tempo, os senhores mais poderosos começaram a formar as suas cortes senhoriais à semelhança de outros magnates galegos e castelhanos, e acolhiam nelas cavaleiros que se punham ao seu serviço, e jograis e soldadeiras que vinham animar as suas festas.

Dado este ambiente de agitação, não admira que os nobres portugueses, ao contrário do que acontecia na época anterior, tivessem começado a emigrar mais frequentemente. Em certos casos por razões políticas, ao abandonarem a corte régia e procurarem a protecção do rei de Leão, como aconteceu, antes de mais, com os infantes Pedro Sanches, que se acolheu à corte de Afonso IX de Leão, e Fernando Sanches, que foi para mais longe, para a corte da Flandres, onde vivia sua tia Matilde, e ainda com o bastardo Martim Sanches, que também foi recebido do Afonso IX. Este último viria depois a pegar em armas para atacar o rei português, invadindo o nosso território a partir da Galiza e destruindo tudo à sua passagem até travar combate com

outros nobres fiéis ao seu senhor⁸. Martim Sanches era incitado pelo arcebispo de Braga, Estevão Soares da Silva, que também entrara em conflito com o rei e que se retirou igualmente para o reino de Leão até ao fim do reinado de Afonso II. Além disso, este monarca teve de sustentar a oposição de suas irmãs, que reivindicavam o exercício dos direitos senhoriais em detrimento dos direitos régios nas terras recebidas por herança do rei anterior. As princesas não se retiraram do reino, mas recorreram à ajuda de outro exilado da alta nobreza, o conde Gonçalo Mendes de Sousa, que também fora recebido pelo rei de Leão e fora por ele nomeado governador das terras de Trasserra e da Extremadura (1211). Acompanharam-no no exílio pelo menos seu irmão Garcia Mendes de Eixo, trovador, que todavia não esteve muitos anos em Leão⁹. Dois filhos deste último, provavelmente, passaram a pertencer à casa senhorial do infante Pedro Sanches, há pouco referido, e acompanharam-no a Aragão, onde estavam em 1229 e 1231; outro membro desse mesmo séquito era Afonso Pires de Arganil¹⁰. Em Aragão esteve também por esta altura outro exilado, possivelmente pelas mesmas razões, o trovador João Soares de Paiva¹¹.

Não se sabe exactamente qual foi o motivo que levou vários portugueses a Toledo provavelmente já na primeira metade do século XIII, mas é possível que tivesse sido a simples necessidade de procurar fortuna, sem qualquer razão de natureza política. Os livros de linhagens registam alguns que aí casaram e constituíram família. O facto de se situarem em nível social modesto confirma a nossa hipótese. Foram, por exemplo, Fernão Peres de Azevedo (LL 30 AJ 4; 52 A 4), Soeiro Anes de Cerveira (LD 14 AB 7), ou Pero Gomes Barroso (LV 2 X 7; LL 30 AJ 4). Deste último o *Livro de linhagens do Conde D. Pedro* regista a descendência e as alianças. Casou justamente com uma filha de Fernão Peres de Azevedo, que acabámos de citar, e os seus filhos aliaram-se a membros da família galega de Souto Mayor que também viviam em Toledo. Ao contrário do que acontecia na época anterior, alguns portugueses também vão para a Galiza, onde encontramos, por exemplo, Álvaro Rodrigues de

⁸ Ver as importantes anotações de L. Krus acerca da interpretação dos episódios narrados pelos Livros de linhagens acerca da personalidade de Martim Sanches: 1994, pp. 78, notas 92 e 93; 249, nota 600; 265, nota 637; 266, nota 638.

⁹ A. Resende de Oliveira. 1994, pp. 348-349.

¹⁰ H. David e J. A. S. Pizarro. 1987, p. 138.

¹¹ Não se sabe quando é que João Soares saiu de Portugal, onde deixam de se encontrar documentos que o mencionem desde cerca de 1170; pode ter saído por ocasião da crise de 1169, a seguir ao desastre de Badajoz, ou talvez em 1210, na sequência da crise sucessória.

Cerveira¹², ou Fernão Pires Churrichão, o *Arteiro*, um cavaleiro que praticou proezas célebres em Orense¹³.

Mas os mais conhecidos nobres portugueses que emigraram para os reinos vizinhos foram levados, pelos anos 1240 a 1248, por dois acontecimentos aproximadamente contemporâneos: a intensificação das campanhas de Fernando III contra o Islão, até à conquista de Sevilha, e o agravamento da crise do reinado de Sancho II, que culminou na guerra civil entre este rei e seu irmão Afonso, conde de Bolonha, nomeado pelo papa Inocência IV como curador e defensor do reino. Conhecemos bem os nomes e as circunstâncias do grupo de cavaleiros portugueses que tomaram parte na conquista de Sevilha, vários deles depois de terem acompanhado o rei português no exílio, ou de terem seguido o infante Afonso de Castela, quando regressou a Castela depois de haver auxiliado Sancho II a combater o Conde de Bolonha, e se dirigiu ao cerco de Sevilha. Os nomes e as ligações familiares desses cavaleiros foram estudados pelo Professor Henrique David, infelizmente falecido há pouco, com ajuda do Dr. José Augusto Pizarro¹⁴.

Um daqueles de que temos notícias mais precoces é o infante D. Fernando, senhor de Serpa, que depois de haver combatido nesta zona da fronteira portuguesa contra os Almóades, esteve em Roma em 1237 para fazer penitência por violências praticadas sobre certos clérigos e depois se fixou em Castela, onde se deve ter associado aos exércitos então comandados pelo futuro Afonso X. Levava no seu séquito o trovador João Soares Coelho¹⁵. No mesmo exército, que conquistou em 1242 e 1243 o reino de Múrcia, aparecem também dois senhores da família dos Vinhais e dois outros da família dos Correias, sendo um deles o célebre mestre da ordem de Santiago, Paio Peres Correia. No cerco de Sevilha, em 1248, participam, além do próprio Mestre de Santiago, seu irmão homónimo chamado o *Alvarazento*, seus sobrinhos Gonçalo Anes e Gomes Anes e seus primos Gonçalo e Afonso Martins do Vinhal. No mesmo exército militam ainda João Pires de Vasconcelos, o *Tenreiro*, Gil Pires Feijó ou Gil Pires Conde, outro trovador, Gonçalo Anes de Portocarreiro, Fernão Anes de Lima, Afonso Lopes de Baião, Lourenço Pais de Alvarenga, etc. A maioria são favorecidos com terras no *repartimiento* de Sevilha, mas nem todos por aí ficaram. A maior parte parece ter vendido ou abandonado essas terras e casas e regressado a Portugal, ou fixaram-se noutros

¹² LD 14 Z 8; ver L. Krus, 1994, p.79, nota 94.

¹³ LL 74 A I; ver L. Krus, 1994, pp. 272-273.

¹⁴ H. David, 1986, 1989; H. David e J. A. S. Pizarro, 1987

¹⁵ J. Mattoso, 1985b, p. 423.

lugares. Assim, por exemplo, Afonso Lopes de Baião regressa a Portugal no próprio ano do *repartimiento*, em 1253, aparecendo como governador da terra de Sousa; Afonso Pais de Novais foi alcaide de Coimbra pelo menos em 1265; Fernão Rodrigues Pacheco figura na corte de Afonso III desde 1251; João Peres Redondo tinha grandes propriedades em Entre Cávado e Minho em 1258, assim como Lopo Hermiges da Teixeira; Pero Homem de Pereira aparece no Porto em 1262; e assim sucessivamente. Não é preciso multiplicar os exemplos. Deduz-se daqui que a colaboração no cerco de Sevilha representou quase sempre um exílio passageiro.

O que importa, decerto, é que alguns desses nobres acompanham Sancho II até Toledo, e depois acorrem ao cerco de Sevilha, como aconteceu, por exemplo, aos Soverosas, chamando muitas vezes parentes próximos - primos, cunhados ou sobrinhos -; outros partem por sua conta e risco, atraídos pelas possibilidades do soldo, do saque e da glória militar. Há-os das mais altas famílias, como os bastardos régios e os infantes que já citámos, ou os Baiões; mas a maioria são de famílias de segunda ordem como os Novais, os Ribeiros, os Nomães, os Curutelos, os Redondos, ou então de linhagens originariamente prestigiadas, mas que tinham decaído da sua prosápia, como os Alvarengas, os Pereiras e os Froiões.

Com a subida ao trono de Afonso III, uma vez falecido seu irmão Sancho II, que pouco tempo sobreviveu ao seu exílio em Toledo, deu-se uma grande recomposição da nobreza portuguesa. As antigas linhagens perderam a varonia e transmitiram-se por linha feminina a outras famílias que, em geral, não guardaram o nome recebido por via materna, mas recolheram as tradições dos seus ascendentes do mesmo lado; houve várias famílias que subiram ao primeiro lugar na escala social, com ou sem o apoio do rei; a nobreza de corte adquiriu um prestígio que não tinha tido até aí, apesar da sua submissão ao rei. A corte régia portuguesa, frequentada por vários nobres - cavaleiros, trovadores ou jograis - que tinham estado em Sevilha ou que acompanharam Afonso X, procurou imitar a culta e faustosa corte castelhana. Este ambiente, que se poderia classificar como caracterizado por um certo «novo-riquismo», manteve a sua submissão a um rei que suscitou algumas dissidências, mas que no geral soube sujeitar a nobreza e fazê-la servir os seus interesses.

Falecido o rei em 1279, sucedeu-lhe seu filho D. Dinís, que em muitas coisas quis imitar seu avô Afonso X, pai de sua mãe D. Beatriz. Com mão de ferro, procurou consolidar a sua autoridade sobre os nobres, tentando recuperar todas as terras e direitos que nos anos anteriores tinham sido sonegadas pela nobreza senhorial. As suas repetidas e insistentes inquirições provocaram a irritação da nobreza

senhorial, e por fim a guerra civil de 1319-1324. É já de perto desta data, ou seja de cerca de 1290 que data o *Livro Velho de Linhagens*, redigido provavelmente por um clérigo ligado ao mosteiro de Santo Tirso. O seu autor queria homenagear um dos mais poderosos revoltados contra o rei, Martim Gil de Riba de Vizela, que tinha vivido com seu pai Gil Martins na corte de Afonso X, entre 1266 e 1274¹⁶, mas que depois regressou a Portugal.

Estes factos que dizem propriamente respeito à nobreza portuguesa podem ser interpretados, no seu conjunto, como indícios de que esta tinha atingido uma certa maturidade. Este fenómeno, por sua vez, tem uma outra expressão, ou seja, a consciência difusa, mas com não poucas manifestações concretas, de que formava uma classe social de âmbito nacional, e como tal se contrapunha, relacionava e media com outras nobrezas peninsulares sobretudo com a castelhana. Esta, por sua vez, pelo menos desde a reunificação das duas coroas de Leão e Castela, tinha também um único pólo, primeiro na corte de Fernando III e depois na de Afonso X. O exílio castelhano de muitos dos nobres que depois formaram a corte de Afonso III de Portugal, as idas e vindas de jograis e trovadores, o regresso aos seus paços e quintãs de antigos combatentes de Sevilha contribuíram para que, a partir de cerca de 1250, muitos nobres tomassem consciência de outros modelos sociais, de outros sinais de prestígio, e de outros níveis de poder. Traziam consigo o fascínio por um mundo mais contrastado e com padrões superiores mais altos do que os que podiam encontrar em Portugal. Mas as ocasiões de emigração tornaram-se menos prementes. Portugal assistiu, entre 1250 e 1300 a um grande desenvolvimento económico, ocupou-se com o povoamento das novas províncias adquiridas nas décadas anteriores, o Alentejo e o Algarve, e estes factos permitiram a muitos nobres de todas as categorias permanecerem em Portugal e sustentarem o seu nível social sem terem de procurar o exílio. Por outro lado, a Reconquista castelhana passou a marcar passo a partir de 1248. Os combates não cessaram, mas a miragem do saque diminuiu: a fronteira passava a ser lugar de rigorosa disciplina militar, de poucas vantagens materiais e de risco de morte. Passou a atrair sobretudo os cavaleiros mais ousados ou com verdadeiras dificuldades de subsistência.

Os exilados que nesta época encontramos são, portanto, de dois tipos: os cavaleiros que servem em situação subalterna nas mesnadas de vários grandes senhores castelhanos, e os senhores de mais altas posições que frequentam a corte e os ambientes palacianos.

¹⁶ H. David e J. A. S. Pizarro, 1987, pp. 142-143.

Citemos, entre os segundos, o já mencionado Gil Martins de Riba de Vizela e seu filho Martim Gil, que se encontram frequentemente na corte de Afonso X, entre 1266 e 1274, Fernão Anes de Portocarreiro, deão de Braga e privado do mesmo rei, que deve ter aberto o caminho a seu sobrinho Martim Pires de Portocarreiro, valido de Sancho IV, e este, por sua vez a outro sobrinho, Martim Fernandes de Portocarreiro, que andou na corte de Afonso XI¹⁷. O fascínio pela alta nobreza castelhana revela-se pelos casamentos que procuraram: o mais célebre foi o de Martim Gil de Riba de Vizela com D. Milia Andrés, da poderosa família dos Castros.

O caso de cavaleiros modestos que vão servir as mesnadas de vários senhores castelhanos é mais frequente. É aí que muitas vezes encontram a morte. Assim aconteceu com Estevão Soares de Barbudo, morto em 1286 na lide de Alfaiates contra Sancho IV de Castela, ao serviço de João Nunes de Lara¹⁸; com Fernão Fernandes Cogominho, que combatia nas tropas do mesmo senhor e que morreu em Chinchila em 1290 em combate contra Estevão Rodrigues de Castro¹⁹; com Gonçalo Anes de Lima, que perdeu a vida numa batalha contra os mouros junto a Granada em 1280²⁰; com Gonçalo Gonçalves Mourão e seus irmãos Lourenço e João, que pereceram também em combate contra os mouros, mas em Tarifa, em 1292²¹; com Gonçalo Martins de Nomães, que foi alferes do infante Henriques de Castela e o acompanhou à Lombardia, de onde não voltou depois batalha de Benevento em 1266 ou da de Tagliacozzo em 1268²²; com Lopo Lopes Gato, que se ficou em Jerez de los Caballeros por altura de revolta mourisca de 1265²³; com Vasco Martins Pimentel que em Córdoba foi vítima dos combates entre Afonso X e o infante D. Sancho²⁴. Mas nem todos deixaram os seus corpos nos campos de batalha, apesar de também prestaram serviços como cavaleiros, pois regressaram a Portugal onde por vezes conseguiram algum sucesso, como aconteceu com João Simão de Urrô, que foi meirinho-mór de D. Dinis, depois de na sua juventude ter vivido em Castela ao serviço da família Lara²⁵; outros, enfim, chegaram a alcançar posições de grande prestígio, mas nem por isso abandonaram a vida militar, como

¹⁷ H. David e J. A. S. Pizarro, 1987. p. 143, 140.

¹⁸ LL 65 M 5; ver L. Krus, 1994, pp. 68, nota 52; 252, nota 606.

¹⁹ LL 30 T 4; ver L. Krus, 1994, p. 232, nota 562.

²⁰ LL 16 I 6; ver L. Krus, 1994, p. 213, nota 507.

²¹ LD 11 AH 7; ver L. Krus, 1994, p. 81, nota 108.

²² LL 33 A 3; ver L. Krus, 1994, pp. 166, notas 371, 374; p. 191, nota 444.

²³ LD 6 AB 9; LL 60 F 5; ver L. Krus, 1994, pp. 222-223, nota 531.

²⁴ LL 35 A 1; ver L. Krus, 1994, p. 231-232, nota 561.

²⁵ LL 44 R 5.

Gonçalo Anes de Aguiar, o Velho, que tinha estado nas campanhas de Múrcia e de Sevilha, e que acabou por morrer às mãos dos mouros em Granada em 1280²⁶.

Portugal, porém, não é apenas exportador de nobres para Castela. Também os atrai de outros reinos, mas em posição inversa, ou seja, para lhes proporcionar a possibilidade de fazerem alguma fortuna ou de aqui encontrarem uma subsistência, ainda que modesta. De facto as linhagens galegas que são registadas no fim do *Livro de linhagens do Conde D. Pedro* são caracterizadas pelo elevado número dos seus membros e pelo seu fraco relevo social. Alguns dos seus componentes transitam facilmente da Galiza para Portugal e vice-versa. Um ou outro vai depois servir nas cortes e mesnadas de senhores castelhanos, como João Aires de Meira, que acabou por morrer em Morón em 1255 durante uma batalha travada entre o infante D. Henrique de Castela e Nuno Gonçalves de Lara, em nome do rei Afonso X de Castela²⁷. Conhecemos um certo número deles que conseguiram fazer carreira explorando os seus dotes poéticos como trovadores. Muitos daqueles cujas composições foram registadas nos cancioneiros são, de facto, galegos, não só aqueles que foram registados por Carolina Michaëlis, mas também outros cuja origem foi descoberta por António Resende de Oliveira. Embora não tenhamos testemunhos documentais da sua passagem ou da sua permanência em Portugal -- o que se explica devido ao facto de serem quase sempre nobres de poucos recursos (ao contrário dos trovadores portugueses, muitos dos quais podiam pertencer à alta nobreza) --, é provável que o facto de as suas composições terem sido recolhidas em Portugal (quer em cancioneiros parciais, quer em composições isoladas) signifique que frequentaram os meios nobiliárquicos portugueses. De alguns, efectivamente, sabemos que constituíram família em Portugal, como por exemplo João Lopes de Olhoa ou Ulla, que se fixou na Estremadura²⁸, Vasco Fernandes Praga de Sandim, que se casou em Sandim, perto de Felgueiras e aí vivia por meados do século XIII²⁹ e provavelmente Vasco Rodrigues de Calvelo, que fez uma composição inspirada, segundo parece, por uma senhora da família de Bravães³⁰. De outros sabe-se que andaram efectivamente em Portugal, mas regressaram à sua terra, com aconteceu com João Airas de Santiago e João Soares Somesso³¹.

²⁶ LL 16 I 6; ver L. Krus, 1994, p. 213, nota 507.

²⁷ LL 10 E 11; 58 E 6; ver L. Krus, 1994, p. 231, nota 559.

²⁸ A. Resende de Oliveira, 1994, p. 367.

²⁹ LL 46 C 4; ver A. Resende de Oliveira, 1994, p. 439.

³⁰ A. Resende de Oliveira, 1994, p. 440.

³¹ A. Resende de Oliveira, 1994, p. 357, 372-373.

O carácter inferior da nobreza galega imigrada revela-se de maneira ainda mais evidente pelo facto de serem daí as mulheres e barregãs dos nobres portugueses com a categoria de simples cavaleiros, de bastardos ou de membros de ramos colaterais de várias linhagens. Assim acontece com a mulher do trovador João Soares Coelho, um descendente de Egas Moniz, pela linha bastarda³², com a de Pero Lourenço de Gundar (LL 60 C 3), ou com a barregã de Pero Viegas de Alvarenga, chamada pela bem expressiva alcunha de *Cavalinha de Toronho* (LD 10 O 3; LL 36 BF 8). Algumas vezes os cavaleiros portugueses não hesitam em ir à Galiza raptar as mulheres com quem depois casam, como sucedeu com Sancha Rodrigues de Sagamonde, forçada por Fernão Gonçalves Churrichão e por ele trazida para a Lourinhã em circunstâncias relatadas pelo *Livro do Conde D. Pedro*³³. Por isso não admira que os livros de linhagens, sobretudo o *do Deão* e o *do Conde*, manifestem um evidente desprezo por esta nobreza galega, pobre e, segundo eles, com poucos escrúpulos. Os contactos com ela, considerados como desprestigiantes, são ocultados quando querem louvar as linhagens em causa, ou postos em relevo quando por qualquer razão pretendem desprezá-la, como mostrou claramente L. Krus³⁴.

Nesta época não se encontram, creio, muitos outros nobres estrangeiros de origens não galegas. Os que se podem assinalar, por constarem da documentação consultada, pertencem, em geral, a famílias de categoria superior e são atraídos pela corte régia portuguesa. Podemos apontar os nomes de Raimundo de Cardona, de sua prima Berengária e de Pedro de Aragão bastardo do rei Pedro o Grande que vêm para Portugal em 1282, na comitiva da rainha Santa Isabel quando se casou com D. Dinis. Os Cardonas, de resto, tinham ascendência portuguesa. Raimundo herdou bens em Portugal, foi alferes do infante D. Afonso, e acabou por ser expulso de Portugal por favorecer o seu senhor, em revolta contra o rei durante a guerra civil de 1319. Mas Berengária ficou, e professou no mosteiro de Tuíás, e Pedro de Aragão constituiu família em Portugal³⁵. Acrescentemos-lhes João Afonso Telo, senhor de Albuquerque, que viveu exilado em Portugal, veio a ser o primeiro conde de Barcelos nomeado em 1298, e se tornou o sogro do bastardo régio Afonso Sanches³⁶.

³² J. Mattoso, 1986, p. 419; L. Krus, 1994, p. 76, nota 86; p. 274, nota 655.

³³ LL 74 E 4; ver L. Krus, 1994, p. 269, nota 644; p. 273, nota 652.

³⁴ L. Krus, 1994, pp. 76-77, 261-288.

³⁵ H. David, A. Barros e J. Antunes, 1987; LL 21 L 15; L. Krus, 1994, p. 179, nota 412.

³⁶ L. Krus, 1994, p. 85, nota 123.

Não menos significativo do que este fenómeno é o casamento de mulheres nobres portuguesas com nobres de outros reinos. Dentre as que foram mencionadas nos livros de linhagens, raras pertencem à alta nobreza. Uma delas foi Maria Nunes de Barbosa, que casou em Aragão, tornando-se assim ascendente dos senhores de Cardona e dos Coroneis (LL 37 D 5), justamente de Raimundo e de Berengária que mencionámos há pouco; outra foi Sancha Gil de Soverosa, que acompanhou seus irmãos no exílio e que casou em Castela, não se diz com quem (LV 1M 9). São um pouco mais numerosas as de categorias mais baixas, o que tem significado semelhante ao das mulheres galegas que vêm casar a Portugal, mas em sentido inverso, ou seja para mostrar que as famílias de nobres com poucos recursos recorriam por vezes à entrega das filhas a estrangeiros para lhes assegurarem um destino decente. Assim aconteceu com Elvira Fernandes Gato, que casou em Leão, tornando-se ascendente dos Osórios e dos Drados (LD 11 AJ 6; LL 42 R 7); com Maria Gonçalves Barroso e a sua irmã Sancha Gonçalves que casaram com cavaleiros de Zamora (LL 30 Y 4); com Guiomar Afonso de Resende, que se aliou a um nobre de Álava, na Navarra (LL 36 BC 11); com uma neta da já citada Maria Gonçalves Barroso, que encontrou marido nas terras de Límia, na Galiza (LL 30 AA 6); enfim, com Maria Peres das Vides que foi viver para Trevinho, em Castela (LL 30 AH 4).

Tudo isto mostra uma classe nobre portuguesa já perfeitamente estruturada e hierarquizada, cujas diferentes categorias desenvolviam estratégias matrimoniais e de busca de recursos suficientes para manterem o estatuto alcançado ou para o melhorar. Os territórios dos outros reinos e as respectivas nobrezas ou poderes políticos serviam muitas vezes de campo de actuação se as oportunidades aí eram melhores, como aconteceu sobretudo com Castela por meados e na segunda metade do século XIII, para cavaleiros dispostos a arriscar a vida em campanhas militares. O destino das jovens casadoiras situa-se mais frequentemente nos outros reinos, sobretudo em Leão e Galiza, correspondendo ao destino inverso de algumas damas galegas. É possível que o casamento com estrangeiras fosse só por si suficientemente prestigiante, como sempre acontece com as exogâmias em ambiente endogâmico, apesar de a aliança com senhoras galegas ser objecto de crítica, pelo menos em certos meios, como o dos Pereiras e da corte de D. Pedro de Barcelos cujas opiniões conhecemos através dos livros de linhagens *do Deão e do Conde*.

IV

Tal é a situação da nobreza portuguesa face ao panorama aristocrático da Península pelos fins do século XIII. Não parece alterar-se muito no século XIV, mas algumas das suas características acentuam-se. A mais evidente é o fascínio crescente pela alta nobreza que rodeia a corte castelhana, mesmo quando procede de outras regiões, como os Haros, de Biscaia, ou os Castros, da Galiza. A melhor prova disso são os dois livros de linhagens que ainda há pouco citámos, o do *Deão* e o do *Conde D. Pedro*, ambos redigidos na década de 1340. O primeiro, apesar de se propor enumerar apenas a nobreza portuguesa, considera a nobreza castelhana de corte «como padrão para aferir a fama e a riqueza dos varões peninsulares», para utilizar as palavras de L. Krus (1994, p. 80), como se quisesse recolher os indícios que permitiriam ao leitor comparar os nobres portugueses com os da Castela e mostrar que também entre eles se encontram linhagens de alto nível social. No segundo apresenta-se o Cid como o modelo de todas as virtudes cavaleirescas e a origem de uma nobreza que se guindava ao próprio nível da realeza de todos os reinos da Hispânia, dado que, segundo as palavras textuais do *Livro* ele teve por meio de suas filhas «filhos e geração em tal maneira que quantos reis há em Espanha todos vem del». Por isso, ao fazer dos senhores da Maia parentes do Cid, por intermédio de uma bisneta de Lain Calvo, o Conde D. Pedro (ou o seu refundidor) colocava também a nobreza portuguesa, sobretudo a aparentada com os senhores da Maia, ao nível da mais prestigiada nobreza de toda a Península³⁷.

Não se tratava só, porém, de ver nos grandes senhores castelhanos o modelo da aristocracia para toda a Hispânia. Apelava-se também, no *Livro do Conde*, cuja carga ideológica é muito acentuada, para o exemplo do próprio reino de Castela, como um reino que se tornara o centro da admiração de toda a milícia cristã por ter sido aquele que tinha conduzido uma secular e admirável cruzada contra os Mouros. Era, além disso, a pátria de potentados que tinham sabido fazer face aos monarcas quando estes deixaram de respeitar os seus direitos senhoriais e a sua honra, como acontecera com os Haros, com os Castros, e sobretudo com os Laras. O *Livro do Conde* constituía, portanto, um convite aos nobres portugueses para fazerem outro tanto, se o rei de Portugal ameaçasse as suas prerrogativas, como acontecera de facto com D. Dinis. O exemplo das outras nobrezas nacionais da Península tornava-se assim um estímulo estruturante para a nobreza de Portugal.

³⁷ Ver L. Krus. 1994, pp. 80 e 180-191.

Este facto mostra que dificilmente se pode, nesta época, atribuir à nobreza portuguesa um sentimento verdadeiramente «nacional», no sentido em que a pertença ao reino prevalecesse sobre a pertença à nobreza hispânica. De facto nenhum dos critérios pelos quais se pode atribuir superioridade social a uma linhagem tem que ver com a sua «nacionalidade», mas antes com aqueles vínculos que as ligavam aos reis que iniciaram a Reconquista, como o Rei Rodrigo, ao grande antepassado da melhor nobreza peninsular, Cid o Campeador, ou aos outros heróis da gesta anti-islâmica. Eram esses os motivos de orgulho dos membros das linhagens da Maia e de Pereira. O que era prestigiante não era a condição de vassalo de um rei, mas a maneira como se cumpriam os deveres da fidelidade ou, se necessário, se defendia a honra contra quem quer que fosse, mesmo contra o próprio rei. Daí que não merecessem a menor censura os nobres que, por razões de honra abandonassem a vassalidade do seu soberano, e a transferissem para outro.

Embora não possamos generalizar apressadamente esta ordem de valores, claramente expressa ou pressuposta no *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*, como demonstrou L. Krus, também temos de sublinhar que ela justifica alguns dos comportamentos dos nobres portugueses que depois de 1383 recusaram transferir a sua fidelidade de D. Fernando ou de sua filha D. Beatriz para o Mestre de Avis. Quer isto dizer que, embora a nobreza portuguesa reivindicasse uma certa identidade, como vimos até aqui e como demonstra o próprio facto de os dois primeiros livros de linhagens a considerarem um conjunto diferenciado, isso não implicava qualquer sentimento de carácter por assim dizer «nacionalista». Faltava ainda muito tempo para que ele nascer como sentimento colectivo.

Vejamos se os dados factológicos de que dispomos, e que são, para esta época menos numerosos do que para o período anterior, podem fornecer outras informações úteis para compreender a inserção da nobreza portuguesa no todo ibérico. Aquelas que podemos recolher acerca das deslocações pessoais prolongam, em termos gerais, as tendências verificadas na época anterior, particularmente na segunda metade do século XIII. Vejamos: há grandes senhores que vivem temporariamente em Portugal, como Fernão Peres de Castro e seus irmãos Álvaro e Inês, tornando-se esta última a célebre paixão do infante Pedro de Portugal³⁸; ou como Maria Ximenez Coronel que se casa com o próprio Conde D. Pedro de Barcelos; ou como D. Henrique Manuel que acompanha sua irmã D. Constança quando vem casar com o rei Pedro I; ou como os exilados políticos Pedro de

³⁸ L. Krus, 1994, p. 274, nota 659.

Trastâmara e seu irmão Afonso Henriques que se acolhem à corte portuguesa no tempo de D. Fernando³⁹; outros portugueses da mesma categoria, em sentido inverso, têm de procurar o exílio em Castela, como o conde D. Pedro de Barcelos e seu irmão Afonso Sanches, bastardos de D. Dinis. Noutra área social estão os nobres sem recursos que vão procurar subsistência ao serviço de potentados castelhanos, como Afonso Martins Teixeira, vassalo de Pedro Sanches de Castela, que morreu em combate na Veiga de Granada⁴⁰, Estevão Martins de Freitas, alcaide do castelo de Zagala por conta de Martim Gil de Riba de Vizela e que por sinal o atraçou entregando o castelo aos seus inimigos⁴¹, João Afonso de Espinho que morreu em Ciudad Rodrigo na segunda ou terceira década do século XIV⁴² ou Nuno Rodrigues de Vasconcelos, mordomo do bastardo de D. Dinis, Afonso Sanches, e que o acompanhou no exílio, vindo a morrer no castelo de Albuquerque⁴³. Outro conjunto é constituído pelo nutrido grupo de nobres galegos que se reuniram na corte do rei D. Fernando, e cujo nome indica origens modestas: Vasco Peres e Airas Peres de Camões, Lopo Gomes, Lopo Afonso e Vasco Lourenço de Lira, Gonçalo e Paio Rodrigues Marinho, Álvaro Fernandes e Fernão Peres Turrichão, e o próprio João Fernandes Andeiro⁴⁴. Mencionemos, finalmente aquelas senhoras portuguesas que conseguiram boas alianças fora do reino, como Constança Mendes de Vasconcelos, que casou com Gomes Peres de Cervantes (LD 3 J 8; 9 U 8), e Sancha Gil de Chacim, que se uniu a Pero Ponce de Leão, mordomo-mór do rei Fernando IV de Leão e Castela⁴⁵.

Não sabemos se estas informações são suficientemente representativas. Se assim foi, teríamos de admitir que Castela deixa de constituir um atractivo para os pequenos nobres, excepto ao serviço de algum grande senhor. A guerra de fronteira, tão exaltada pelo conde de Barcelos e pelos seus continuadores ao serviço dos Pereiras, tinha-se tornado demasiado mortífera e profissionalizada para atrair muita gente. Por outro lado, as cortes senhoriais portuguesas pareciam ter deixado de poder sustentar trovadores e jograis galegos; mas a corte régia continuava ainda a ser um refúgio para modestos nobres galegos que não se importavam de exercer funções de serviço, mas que assim tinham a subsistência garantida, ou podiam mesmo alcançar

³⁹ J. Mattoso, 1985b, p. 279.

⁴⁰ L. Krus, 1994, p. 80, nota 102; pp. 81-82, nota 109.

⁴¹ L. Krus, 1994, p. 254, nota 609.

⁴² L. Krus, 1994, p. 252, nota 607.

⁴³ L. Krus, 1994, pp. 254-255, nota 610.

⁴⁴ J. Mattoso, 1985b, p. 279.

⁴⁵ LI. 36 H 9; ver L. Krus, 1994, p. 258, nota 620.

um sucesso tão grande como João Fernandes Andeiro, que chegou a frequentar a alcova da rainha e a obter o título de conde. As crises económicas iniciadas nas primeiras décadas do século XIV e que culminaram na peste de 1348 devem ter desorganizado muitas casas senhoriais e alterado o sistema de vassalidade. Só para o fim do período de que estamos a tratar é que se reconstituem os grandes domínios. As guerras nacionais e a agitação política em todos os reinos continuam a criar motivos de exílio para grandes personagens, mas a circulação de nobres de segunda e terceira categoria parece diminuir.

Estes dados, porém, são demasiado escassos para constituírem informação segura. De facto conhecemos mal os problemas relativos à nobreza portuguesa da segunda metade do século XIV, como dissemos ao princípio. A situação altera-se completamente a partir de 1383, data em que voltamos a ter informações mais completas acerca das relações entre a nobreza portuguesa e a dos outros reinos peninsulares.

*

Resta-me concluir.

A nobreza portuguesa constitui-se como um grupo social que luta pela sua própria autonomia desde 1128 e que a partir desta data se estrutura como uma nobreza com uma identidade própria definida pelo espaço do reino. Durante um século, recebe no seu seio nobres exilados que vêm aqui combater contra os Mouros, mas só raramente procura o exílio; quando o faz, age por motivos de perturbação da fidelidade vassálica. No século XIII, porém, muitos nobres portugueses vão buscar meios ou fortuna, combatendo na fronteira castelhana, onde muitas vezes encontram a morte, ou procurando a sorte em cidades como Toledo ou Zamora. As damas portuguesas acompanham este movimento. Os cavaleiros e trovadores galegos buscam em Portugal uma parca subsistência, mas são desprezados pelos que pretendem definir as regras da hierarquia aristocrática. Com a viragem do século, o fluxo migratório para os outros reinos peninsulares parece diminuir, mas aumenta o fascínio pelo modelo que a alta nobreza castelhana representava. Este último facto prepara o êxito dos magnates castelhanos exilados em Portugal, nas cortes de Pedro I e de D. Fernando, e a facilidade com que os membros da alta nobreza portuguesa passam a Castela ou se tornam vassalos do seu rei. O contacto de exilados portugueses com a alta nobreza castelhana torna evidente uma diferença de nível e estimula as ambições sem que para isso conte o obstáculo das fronteiras. O conde D. Pedro, porém,

situa o ideal proposto aos seus pares numa imitação dos heróis da Reconquista, mais do que na aquisição do poder ou da riqueza, o que permite rivalizar com os nobres castelhanos com meios ao alcance dos seus compatriotas. O segundo refundidor do seu livro exacerba ao máximo este ideal, atribuindo ao Mestre Álvaro Gonçalves Pereira um papel tão importante na batalha do Salado, juntamente com as tropas de Afonso IV. Se um dos seus filhos, Nuno, se alia ao Mestre de Avis juntamente com aqueles a que Fernão Lopes chamaria os «bons portugueses», outro deles e seu sucessor nas funções de Mestre do Hospital, Pedro, não hesita em servir D. Beatriz e o rei de Castela. Estavam ainda por nascer os sentimentos nacionalistas da nobreza portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- DAVID, Henrique (1986), «Os portugueses nos livros de ‘repartimiento’ da Andaluzia (século XIII), in *Revista da Faculdade de Letras* (Porto), 2ª série, 3, pp. 51-75.
- Id.* e J. A. de Sotto Mayor Pizarro (1987), «Nobres portugueses em Leão e Castela (século XIII)», in *Revista de História* (Porto), 7, pp. 135-150.
- Id.*, Amândio Barros e João Antunes (1987), «A família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D. Dinis», in *Revista da Faculdade de Letras* (Porto), 2ª série, 4, pp. 69-87.
- Id.* (1989), «Os Portugueses e a Reconquista castelhana e aragonesa do século XIII», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Porto, I.N.I.C., vol. III, 1029-1041.
- FERNANDES, A. de Almeida (1965), *Do Porto veio Portugal*, Porto (separata de *O Tripeiro*).
- Id.*, (1968), *Notas às origens portugalenses (séculos V-XII)*, Porto (separata de *O Tripeiro*).
- Id.*, (1972a), *Território e política portugalense (séculos VI-XII)*, Porto (separata de *O Tripeiro*).
- Id.*, (1972b), *Portugal no período vimaranense (868-1128)*. Guimarães (separata da *Revista de Guimarães*).
- KRUS, Luís (1994), *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Gulbenkian.
- Livros velhos de linhagens* (ed. crítica por J. Mattoso e J. Piel, 1980), Lisboa, Academia das Ciências.

- Livro de linhagens do Conde D. Pedro* (ed. crítica por J. Mattoso, 1980), Lisboa, Academia das Ciências.
- MATTOSO, José (1980), «Cavaleiros andantes. A ficção e a realidade», in *A nobreza ,medieval portuguesa. A família e o poder*, 2ª. Ed., Lisboa, Estampa (1ª. Ed. 1980).
- Id.*, (1982), *Ricos-homens, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães ed..
- Id.*, (1985), *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 5ª. Ed., 2 vols., Lisboa, Estampa, 1995 (1ª. Ed.. 1985).
- Id.*, (1985b), «A nobreza e a Revolução de 1383», in *Fragmentos de uma composição medieval*, 2ª. ed., Lisboa, Estampa, pp. 277-293 (1ª ed., 1985).
- Id.*, (1986), «João Soares Coelho e a Gesta de Egas Moniz», in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, 2ª. Ed., Lisboa, 1992 (1ª. Ed. 1986).
- Id.* (1993), «A monarquia feudal», in *História de Portugal* dir. por J. Mattoso, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores.
- OLIVEIRA, António Resende de (1994), *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri.
- QUINTANA PRIETO, Augusto (1969), «Jimena Muñiz, madre de Doña Teresa de Portugal», in *Revista Portuguesa de História*, 12, pp. 223-280.